



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº 3034/2026

Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e vinte seis, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, de forma híbrida, através da plataforma virtual Zoom, e na sede da SMAMUS, sob a presidência de **ANTÔNIO CARLOS ZAGO**, do **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS:

Andréia Teixeira Camisa (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Sônia Castro (Titular), **Gabinete do Prefeito – GP**; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS**; Ivan José da Silva (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Letícia Klein (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDDET**; Débora Carla Postinger (Titular), **Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI**; e Bruno Beltrame de Oliveira (2º Suplente), **Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV**.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:

Jussara Kalil Pires (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Ricardo Vellinho Ruschel (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Antônio Carlos Zago (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; Nelson Kalil Moussalle (1º suplente), **Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul – SERGS**; Maurício Fernandes (Titular), **OAB/RS**; Paulo Bins Ely (Titular), **CRECI**; Ana Cláudia Narvaez Bestetti (Titular), **Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre – CDL-POA**; e Jorge Larre Lopes (Titular), **STICC**.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Vanessa Silva Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Eduardo Francisco Gadea (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro –**



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

32 **RGP. 4;** Milton Borges Bueno (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Cinco –**
33 **RGP. 5;** Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis –**
34 **RGP. 6;** Lirian Karine S. Nachtigall (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete –**
35 **RGP. 7;** Eldir José Gazzola Antonini (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito**
36 **– RGP. 8;** e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **HOCDUA - Temática de Habitação,**
37 **Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental.**

38 **SECRETARIA EXECUTIVA:**

39 Gabriela Brasil, **Secretaria Executiva da SMAMUS;** e Patrícia Costa, **Taquígrafa/Tachys**
40 **Graphen.**

41 **PAUTA:**

42 **1. Abertura;**

43 **2. Comunicações;**

44 **3. Atas;**

45 **4. Ordem do Dia.**

46 Após a conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, às 18h07min.

47 **1. ABERTURA;**

48 **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**
49 **SINDUSCON:** Boa tarde, senhores conselheiros. Início esta sessão pedindo desculpa pelo
50 atraso, mas estávamos vendo alguns assuntos pertinentes a esta reunião. Também estive lá no
51 plenário da Câmara, onde está se desenvolvendo a votação do nosso plano diretor e atrasei
52 muito para conseguir chegar até aqui na secretaria. Mas então vou pedir, por favor, que a
53 Gabriela faça a chamada para ver quem está conosco e já abrimos as inscrições para o período
54 de comunicações. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Presidente,
55 só deixe eu lhe avisar que, além desse probleminha de atraso, o nosso vídeo não está abrindo.
56 Eu já chamei aqui a nossa área técnica, o pessoal já está vindo aqui. Então, vou abrir aqui o
57 período de comunicações. Aberto para inscrições. Nós temos ali inscrição do Conselheiro
58 Felisberto e inscrição do Conselheiro Ricardo. Enquanto isso, vou fazendo a chamada
59 enquanto o pessoal se inscreve. Conselheiros, se por acaso faltou alguém, eu peço que nos
60 avisem ali no chat também com relação às presenças. [Relação dos presentes na inicial].

61 **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

62 **SINDUSCON:** Muito bem. Temos as inscrições para período de comunicações do Felisberto,
63 Ricardo e Conselheiro Gomes. Felisberto, 3 minutos, por favor.

64 **2. COMUNICAÇÕES;**

65 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa
66 tarde a todos e todas. Eu me inscrevi para o período de comunicação para fazer algumas
67 solicitações. Eu estive rodando pela cidade este início de semana e passei na praça Otávio
68 Rocha, e é impressionante que são feitas obras sem o mínimo de conhecimento, de
69 informação à comunidade da região. Também tive a oportunidade de visitar a obra ali na
70 Borges de Medeiros da incorporadora GNT sobre aquele prédio Bari e que foi exigido como
71 uma contrapartida do recuo de jardim a recuperação de uma praça ou a feitura de uma praça.
72 E é interessante que só foi feita metade da praça. Então, me parece estranho que as exigências
73 para os empreendimentos sejam sempre para beneficiar o empreendimento e não a
74 comunidade. O outro lado da praça que dá em direção ao fórum criminal ali, o antigo fórum 1,
75 completamente abandonado com descaso total. Então, me parece que a prefeitura e a
76 secretaria que for responsável por isso tenha maior zelo e cuidado para quando fizer
77 exigência, exija uma obra que complete e não fique pela metade, que prejudica a comunidade.
78 Eu gravei um vídeo. Eu só não posso passar porque infelizmente eu não sei como passar aqui,
79 mas o vídeo vai estar à disposição. Talvez mande ali para o grupo do CMDUA para que vocês
80 possam ver como foi feita a obra. Está muito boa, não tenho nada a reparar, mas só beneficia
81 o empreendimento, não beneficia a comunidade em si. E o sombreamento, o que é mais grave,
82 o sombreamento. Já estou finalizando, só me dá 30 segundos para finalizar a ideia, viu, Zago?
83 Peço essa compreensão. Então, que haja uma fiscalização. Há um sombreamento na
84 residência ao lado, então esses cuidados me parece que tem que ter o cuidado com as
85 habitações que estão naquele, porque elas têm uma certa altura ali que é uma característica
86 histórica e que está sendo completamente violentada. Já foi violentada até pelo fórum,
87 descaracterizando toda a região. Mas era isso que eu queria colocar. Obrigado. **Antônio**
88 **Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:**
89 Obrigado. Ficam registradas as suas críticas. Vamos passar agora para o Conselheiro Ricardo
90 da ASBEA. Conselheiro Ricardo, com a palavra. **Ricardo Vellinho Ruschel (Titular),**
91 **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Boa tarde a todos.
92 Boa tarde, Presidente Zago. Agora vai ter o jetom dobrado que está sempre na presidência aí.



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

93 [Risos]. Na verdade, é um pedido que eu quero fazer. Eu fiquei sabendo pelas redes sociais e
94 imagens sobre esse Masterplan, esse estudo, esse projeto, não sei bem o que é do Quarto
95 Distrito ali daquela área toda da orla como distrito de inovação. Acabamos sabendo pela
96 ASBEA via South Summit por redes sociais. Eu nem tive oportunidade de ir no evento, então
97 a gente ficou sabendo por aí. Então, eu queria fazer um pedido, se possível, pela relevância do
98 projeto, que esse projeto fosse apresentado para nós conselheiros com mais detalhes, de onde
99 veio o projeto, todas as questões mais técnicas. Não sei se é possível fazer uma apresentação
100 desse projeto para o conselho e que também isso seja levado depois a público de forma mais
101 expressiva pela importância e relevância. Está bonito o projeto, mas a gente precisa ter mais
102 detalhes. Então, não sei se é possível fazer uma apresentação técnica da prefeitura, apresentar
103 esse projeto aqui no conselho que a gente possa tecer avaliações e questionamentos. Está
104 bom? É isso aí pessoal, obrigado. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias**
105 **da Construção Civil – SINDUSCON:** Vamos encaminhar aqui internamente para ver se isso
106 é possível, Conselheiro Ricardo. E se for o caso, programar uma data e encaixar numa das
107 nossas reuniões. Agora com a palavra o Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes**
108 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, Presidente. Boa
109 noite colegas conselheiros. Eu queria registrar que não foi devidamente registrado aqui a
110 importância que foi South Summit, esse último realizado. A quantidade de 24.000 pessoas
111 circulando pelo local, colocaram definitivamente Porto Alegre como uma referência mundial
112 em inovação e pesquisas. Isso é um elemento extremamente importante para a cidade e para a
113 moral da cidade. A cidade tem experiências de muito tempo com a questão da inovação e da
114 tecnologia. Eu lembro lá na época do governo da prefeitura Tarso Genro o apoio que a
115 prefeitura deu às iniciativas da PUC. Foi o núcleo superimportante, que basicamente iniciou
116 esses avanços aí na área da inovação. Então, daqui, sem pretensão nenhuma, meus parabéns
117 aos promotores desse evento, que já temos data para o ano que vem e vamos em frente. Boa
118 reunião para todos e obrigado. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da**
119 **Construção Civil – SINDUSCON:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Ficou no seu crédito 1
120 minuto e 40 segundos. Agora nós temos uma ata para ser votada, aprovada ou rejeitada, certo?

121 **3. ATAS;**

122 **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Sim, a Ata 3031, Presidente.
123 Essa ata foi enviada aos conselheiros, na oportunidade da convocação, para que todos



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

124 analisassem. Então, se o senhor puder colocar em votação a Ata 3031. **Antônio Carlos Zago**
125 **(Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Para ficar mais
126 fácil, aqueles que se abstêm ou que não concordam com a ata, manifestem-se no chat. Os
127 demais vamos considerar que estão aprovando a ata. Nós temos a abstenção do Conselheiro
128 Felisberto já registrada. Mais alguém se abstém ou vota contra? Não tendo mais nenhuma
129 abstenção ou contrário, está aprovada a ata. **APROVADA A ATA 3031/2026. Gabriela**
130 **Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Obrigada, Presidente. **Antônio Carlos**
131 **Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Agora
132 vamos para ordem do dia.

133 **4. ORDEM DO DIA.**

134 **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Na verdade, nós temos apenas
135 um projeto, um item de pauta, na medida em que nós temos processos de diligência e outros
136 processos que foram distribuídos para os conselheiros, mas eles ainda estão respeitando o
137 prazo do regimento interno. Então, até aproveitando para esclarecer a todos, os últimos
138 processos da pauta a secretaria executiva colocou prazo do dia 8 de abril exatamente porque
139 não fecharam os 7 dias até hoje. Então, nós temos processos em pauta ainda em prazo para
140 parecer. E até hoje, 1º de abril, nenhum parecer foi recebido desses para que a gente de
141 repente pudesse antecipar a votação. Então, conselheiros, nós temos do item 4.1 ao item 4.8
142 diligências. Então, o nosso único processo de pauta é o item 4.9. É o processo SEI
143 25.0.00059884-7. Se trata de uma minuta de resolução de inclusão de gravame de
144 equipamento comunitário e redução de gravame de área verde de praça. Eles estão
145 compreendidos no bairro Restinga na região 8. A relatoria num primeiro momento foi da
146 OAB e ele foi redistribuído para a Região 1. Conselheiro Felisberto nos acompanha. Na
147 sessão passada ele fez o pedido de prorrogação, então hoje é o prazo para a relatoria.
148 Conselheiro Felisberto encaminhou um e-mail hoje à tarde. Acredito que seja importante
149 passar a palavra. A secretaria não recebeu um relato e sim um e-mail com pedido de
150 diligência, que o conselheiro queira explicar agora. Vou passar a palavra para o Conselheiro
151 Felisberto. E a equipe técnica de planejamento ainda não apresentou também esse processo do
152 conselheiro. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil**
153 **– SINDUSCON:** Com a palavra, Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**
154 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu encaminhei um pedido de diligência



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

155 no sentido de convocar o Secretário de Esportes para que viesse, porque esse projeto era para
156 ser feito lá no Timbaúva. Então, há uma série de questões e havia um outro processo que não
157 fez parte, só veio para fazer o gravame. Mas a análise do projeto de onde vinham os recursos
158 está vinculado ao PAC, plano de aceleração do crescimento, que era para desenvolver um
159 centro esportivo no Timbaúva. Por algum motivo que não se sabe bem qual foi, se passou
160 para a Restinga. Inclusive, hoje, eu descobri através de uma comunicação da prefeitura que há
161 um edital para já a construção do empreendimento. Então, é necessário a gente ter
162 esclarecimento até para se aprovar um gravame numa área. É necessário a gente ter todas
163 essas informações. E esse processo que deu origem a todo esse processamento de recursos do
164 governo federal para a secretaria de esportes estava noutro processo que não está nesse
165 processo que me cabe analisar. Então, eu pedi e mais, não foi nem ouvida a comunidade do
166 Timbaúva. Me parece estranho que se leve um empreendimento sem consultar para onde tinha
167 sido destinado. Então, há uma série de questionamentos necessários para a gente esclarecer.
168 Eu entendo oportuno e escrevi isso. Primeiro eu fiz um requerimento através de um e-mail
169 para que eu pudesse analisar o processo que deu origem a vinda deste recurso e depois
170 analisar o gravame. Recebi hoje. A Gabriela foi muito rápida nisso, me passou o processo, eu
171 dei uma olhada e aí fiquei com mais dúvidas. Então, eu entendo que é importante que o
172 secretário venha a esse conselho para explicar um pouco ou a secretária. Então é por isso que
173 eu pedi a diligência. Então coloco aos meus pares a aprovação desse pedido. É isso, obrigado.

174 **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**
175 **SINDUSCON:** Duas coisas, antes de colocar em votação a solicitação de diligência, eu
176 gostaria de pedir para a Gabriela, para que ela falasse um pouquinho a respeito de como são
177 encaminhados os pedidos de diligência. Até onde eu sei, precisa ser feito um relato e aí então
178 você solicita diligência. Tem prazos para isso e tem como fazer. Mas independentemente
179 desta questão, que vou pedir em seguida para a Gabriela falar, eu acho que talvez fosse
180 oportuno, Vaneska, fazer a apresentação. De repente, na apresentação da DPU, se tire as
181 dúvidas do Conselheiro Felisberto e aí, inclusive, sem necessidade das diligências. Pode ser,
182 Vaneska? **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Não sei se o
183 Conselheiro Maurício tem uma questão de ordem, Presidente, no chat. Conselheiro Maurício,
184 é uma questão de ordem? Vamos liberar seu microfone, Conselheiro Maurício. **Maurício**
185 **Fernandes (Titular), Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RS:** Boa tarde a todos. Só



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

186 uma sugestão, poderia ser questão de ordem, mas é só uma sugestão. Eu tenho acompanhado
187 nas sessões reuniões que participei muita dúvida dos conselheiros, não falo exatamente,
188 Felisberto, sobre este caso, mas muita dúvida em relação à diligência. E o conselho é
189 formado, talvez em sua maioria, por diferentes órgãos da prefeitura. Nós temos aqui
190 praticamente todas as secretarias representadas e, se determinada secretaria, que acho que é de
191 esporte, não esteja presente, nós temos aqui o Gabinete do Prefeito. Então, talvez, é uma
192 sugestão de encaminhamento com antecedência, mas talvez os conselheiros da prefeitura e, se
193 não tiver a secretaria envolvida diretamente, a minha sugestão é o gabinete do prefeito possa
194 sanar essas dúvidas como forma de levar a todos os conselheiros, que as dúvidas são
195 legítimas, esse esclarecimento. Fica como sugestão aí para a reflexão. Obrigado. **Antônio**
196 **Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:**
197 Obrigado, Conselheiro Maurício, pela sugestão. De qualquer forma, as dúvidas devem ser
198 encaminhadas por escrito em forma de um relato. Eu vou então primeiro passar para a
199 Vaneska para ela fazer a apresentação, depois eu vou passar para a secretária para ela dar uma
200 orientação com relação a essa questão de diligências conforme está no nosso regimento
201 interno. Com a palavra, Conselheira Vaneska. **Vaneska Paiva Henrique (1º suplente),**
202 **Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:**
203 Boa noite, pessoal. Entendo que todos me escutam. Vou iniciar já a apresentação do
204 expediente, mas para registrar novamente, já que a gente teve falas que já foi mencionado pela
205 secretaria, é o 25.0.000059884-7. Ele trata, então, de uma inclusão de gravame de
206 equipamento comunitário, redução de gravame de praça, área verde. Vai dar para entender
207 bem quando a gente vê as imagens, que é uma área verde que vai então ser cedida
208 parcialmente, alterado o gravame para servir para esse equipamento comunitário. O
209 requerente é a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, então é uma demanda do público, do
210 município. O endereço é rua Malvinas, rua Tobago e rua Antônio Nofre da Silveira,
211 justamente por ser uma praça. Então, aqui fica localizado no bairro Restinga, na região de
212 planejamento 8. Aqui nesse círculo tracejado em vermelho a localização dessa praça hoje e as
213 ruas que eu mencionei antes, aqui Malvinas dá para ver bem a partir da estrada João Antônio
214 da Silveira ali que faz parte desse eixo ali na Restinga. Num breve histórico, que eu entendo
215 que já traz algumas informações que podem ajudar a entender o caso, a proposta dessa minuta
216 de resolução ela tem origem no processo SEI 23.0.000121352-0 por solicitação da Secretaria



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

217 de Esporte, Lazer e Juventude, SMELJ, para implantação do projeto PAC Construção de
218 Centro Esportivo em área verde localizado no bairro Restinga. A Secretaria de Esporte
219 solicita alteração do local inicialmente previsto para implantação do projeto PAC Construção
220 de Centro Esportivo, termo de compromisso número 959864 de 2024, que seria executado em
221 área do loteamento Timbaúva, no bairro Mário Quintana. A mudança se justifica porque o
222 terreno originalmente destinado ao projeto PAC centro comunitário pela vida convive, termo
223 de compromisso número 967845/2024, na região do Porto Seco encontra-se indisponível, não
224 havendo outra área adequada que atenda aos requisitos do programa. Geralmente quando vem
225 este tipo de demanda, existe ali um rol de características que tem que ser atendidas para que o
226 terreno seja elegível e possa abrigar da forma como está pensado. Então, o terreno previsto
227 para o centro esportivo atende às exigências do convive, sendo uma das poucas alternativas
228 viáveis para sua implantação. E também existem aí questões vinculadas inclusive ao
229 atendimento da população, ao perfil populacional que vai ser atendido e todas essas questões.
230 Nesse sentido, então, se propõe transferir o centro esportivo para a área localizada no bairro
231 Restinga. Aí aqui é mencionada a matrícula desse terreno 93.032 e uma área de 8.717,20
232 metros quadrados. Está situado então no quarteirão que é formado pelas ruas Tobago,
233 Malvinas, Antônio Nofre da Silveira e estrada João Antônio da Silveira, liberando a área do
234 loteamento Timbaúva para implantação do projeto convive. Para tanto, o gravame de área
235 verde tem que ser ajustado de maneira a ser absorvido parcialmente por gravame de
236 equipamento comunitário. Então, aqui existe esse documento da Secretaria Municipal de
237 Esporte, Lazer e Juventude no gabinete do secretário da SMELJ que coloca a justificativa para
238 troca de local de implantação do projeto PAC construção de centro esportivo. A secretaria de
239 esportes vem então por meio deste documento justificar a necessidade de troca do local
240 inicialmente previsto para implantação do projeto. O projeto seria inicialmente plantado no
241 terreno localizado na praça sem nome e daí o código 07802 oriundo do loteamento Timbaúva
242 situado no bairro Mário Quintana com uma área de 13.372 metros quadrados, conforme essa
243 imagem que vocês veem à direita na tela onde tem ali a localização então do centro e essa
244 área que estaria sendo reservada. Entretanto, o município vem enfrentando problemas quanto
245 à implantação de outra proposta também contemplada, pois o terreno originalmente
246 cadastrado encontra-se disponível e não há em região que atenda aos requisitos necessários
247 outra localidade em que possa ser implantado o projeto. Contudo, o terreno destinado ao PAC



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

248 Construção do Centro se enquadra nos requisitos necessários para implantação do convive.
249 Nesse sentido, existe no bairro Restinga, o qual se enquadra nos requisitos do programa
250 conforme a justificativa, terreno disponível para atender aos requisitos da construção do
251 centro com área de matrícula de mais de 8.000 metros quadrados, quase 9.000, localizado no
252 quarteirão daí novamente mencionando sua localização das ruas Tobago, Malvinas, Antônio
253 Nofre da Silveira e João Antônio da Silveira, deixando assim a área do loteamento Timbaúva
254 disponível para possível troca e implantação do convive, conforme demonstrado nas imagens
255 que estão colocadas ali. Então ali fica a imagem de onde estaria localizado. Portanto, este
256 documento tem como objetivo consultar a viabilidade de uma troca entre os terrenos de modo
257 que o novo terreno seja utilizado na implantação do PAC Construção de Centro Esportivo e o
258 terreno originalmente previsto para o PAC seja destinado à implantação do convive, pois
259 atende aos requisitos de área de 10.000 metros quadrados. Então as duas áreas abrigariam
260 esses equipamentos, cada uma incluída então nesse respectivo programa, havendo essa troca
261 para poder compatibilizar mesmo de acordo com todos os requisitos técnicos que são
262 solicitados para cada um dos casos. Considerações acerca das vedações expressas no termo de
263 compromisso, troca de local entendemos cabível em razão de ainda não ter sido iniciada a
264 execução da obra. Então, como não foi e daí existe uma previsão ali contratual não teria sido
265 iniciada a obra, pode haver essa alteração. Só não poderia se tivesse sido iniciada então uma
266 execução física dessa obra. Então, solicita-se a avaliação da proposta e eles colocaram ali que
267 aguardariam sugestões. A partir daí, então, a procuradoria coloca ao GS da SMAMUS, ao
268 secretário, toda essa justificativa que eu já entendo que consegui aí estabelecer o porquê da
269 mudança, o que que seria mudado, o que que ficaria disponível em cada um dos terrenos. Ela
270 retoma então esse histórico, o breve histórico que já estava sendo comunicado pela secretaria
271 e até eles colocaram aqui que ressalta-se que o novo local apresenta maior vulnerabilidade
272 social contrastando com a média municipal. Então, ali o IDHM é de 0,59 e a média municipal
273 é 0,80. A implantação do centro esportivo na região é tecnicamente e socialmente adequada,
274 atendendo às exigências do PAC e promovendo inclusão social e a melhoria da qualidade de
275 vida da população local e daí se destaca especialmente crianças, jovens e idosos. Então
276 constam nos autos aqui como já foi falado manifestações favoráveis das áreas técnicas
277 competentes não havendo óbice quanto ao desgravame solicitado. E daí se coloca então a
278 questão da fundamentação legal que deve ser objeto de resolução do CMDUA, conforme



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

279 previsto no nosso plano diretor vigente os ajustes relativos à inclusão de equipamentos
280 comunitários e alterações de gravames de áreas públicas. Então, nos termos desta lei deve ser
281 apreciado no CMDUA e por isso que esse processo é encaminhado para a SMAMUS para que
282 se faça esse gravame e se encaminhe então para esse debate que a gente está tendo nesse
283 momento. Verificada a aderência da proposta aos dispositivos legais e considerando a
284 tramitação regular com as manifestações técnicas competentes, a procuradoria não identificou
285 óbice à aprovação da minuta e apresenta ali uma conclusão em que a minuta se encontra então
286 formal e materialmente adequada contemplando a inclusão de gravame de equipamento
287 comunitário e a redução de área verde como eu comentei. Vai se pegar então uma área verde e
288 se destinar parcialmente para esse gravame de equipamento comunitário. Se coloca que o
289 projeto atende ao interesse público, em especial por promover inclusão e qualificação urbana
290 em uma região de vulnerabilidade. A matéria está em conformidade com o plano diretor e a
291 legislação aplicável, estando apta para ser apreciada e aprovada pelo CMDUA. E a minuta
292 então teve aprovação pelas áreas técnicas desta prefeitura. E daí a partir disso a gente
293 apresenta essa minuta que se justifica pelos elementos que eu já apresentei anteriormente aqui
294 e onde então essa praça que vocês estão vendo à esquerda que está gravada, toda uma área de
295 praça, vai parcialmente ali ser destinado para esse equipamento comunitário. Sendo que esses
296 são os pontos principais. Se eu não fui clara eu posso trazer ainda aqui alguma informação,
297 mas eu busquei também levar um pouco mais de tempo talvez do que o usual justamente para
298 trazer talvez os elementos que respondem ao questionamento do conselheiro Felisberto.
299 Obrigada. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**
300 **SINDUSCON:** Obrigado, Conselheira Vaneska. Conselheiro Felisberto, pergunto se as suas
301 dúvidas foram sanadas com a explanação da Conselheira Vaneska ou se persistem as dúvidas.
302 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Com
303 todo respeito, Presidente desta reunião, eu ainda continuo com dúvida, porque o projeto era
304 numa região que tem vulnerabilidade também. Mário Quintana não é, e isso é uma decisão
305 administrativa. Em nenhum momento houve consulta à comunidade tanto do Timbaúva como
306 da região da Restinga. Em nenhum momento. Não há no processo nenhuma, é uma decisão da
307 secretaria sem o mínimo de consulta à comunidade, o impacto que isso vai causar. Então, no
308 meu modesto entendimento, deveria ser ouvida as duas regiões, tanto a região aonde era
309 destinado o equipamento comunitário esse e veja bem, equipamento comunitário, e também



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

310 na Restinga ouvir a comunidade do entorno onde vai ser localizado esse equipamento. Então
311 me parece que assim nós teríamos elementos e por isso eu pedia a presença do secretário ou
312 da secretária para que pudesse esclarecer. É isso. Então, como sou um conselheiro de região,
313 só para finalizar, como eu sou um conselheiro de região, eu sempre entendo que deve ser
314 ouvida a comunidade para ela também concordar ou discordar, apresentar as suas razões.
315 Porque a Restinga está recebendo o equipamento, mas ela foi consultada para ter o
316 equipamento? Isso não está no processo. Foi uma decisão do governo, da secretaria. Então é
317 isso. Então eu não me sinto em condições de fazer o relato. Se não for atendida a minha
318 diligência, a minha solicitação, meu parecer é contrário por esses elementos. Se tiver que
319 fazer por escrito até o fim da reunião eu remeto. Era isso, obrigado. **Antônio Carlos Zago**
320 **(Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Gostaria de ouvir
321 os conselheiros que querem se manifestar. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva),**
322 **SMAMUS:** Nós temos, Presidente, Conselheiro Gomes, Conselheira Jussara, na ordem:
323 Conselheiro Gomes, Conselheira Jussara, Conselheiro Jackson e Conselheiro Maurício. **Luiz**
324 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**
325 Pelo que eu entendi ali, o conselheiro Maurício foi o primeiro a pedir para se manifestar sobre
326 essa questão. Eu respeitaria. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da**
327 **Construção Civil – SINDUSCON:** É que tu havia solicitado e nós não tínhamos visto. Eu te
328 passei a palavra. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
329 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Não, o Maurício, não estou falando de mim. Eu me inscrevi
330 agora para me manifestar sobre isso que está em discussão. O Maurício pediu antes. **Antônio**
331 **Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:**
332 Nós temos uma manifestação de solicitação sua, conselheiro, às 18:42, inscrevo para
333 manifestação. E depois as outras inscrições foram depois da sua. **Luiz Antônio Marques**
334 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Esclarecido: 18:30
335 Maurício. Achei que eu estava antes. Ok. Então, entrando na questão que se coloca. É um
336 compromisso muito grande do ente público, do administrador, quando você tem um recurso.
337 É um compromisso muito grande do ente público, do administrador, quando você tem um
338 recurso importante para um equipamento comunitário e acaba tendo uma dificuldade por
339 algum problema. Eu estive na prefeitura e infelizmente presenciei muito isso: invasões de
340 áreas previstas, não ter condições de implantar as coisas às vezes porque a área prevista é uma



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

341 área muito complicada, carente, cheia de buraco para falar o português bem claro, ou com
342 uma intervenção ambiental muito grande. Então, acho muito justo esse processo no sentido de
343 garantir, já que não tem PAC para toda hora, garantir a verba que está disponível para a
344 comunidade e fazer essa transferência de local. É um equipamento comunitário importante e
345 se nós ficarmos esperando. Eu respeito o Felisberto com a coisa que ele insiste de ouvir a
346 comunidade, acho que sempre tem que ouvir a comunidade. Não vou entrar nesse mérito, mas
347 respeito essa condicionante também. Mas para mim o mais importante, minha gente, por mais
348 que não se ouça a comunidade, duvido quem é que não queira um parque, uma praça,
349 equipamentos nesse sentido que vão contribuir com a qualidade de vida da comunidade. Eu
350 vou me associar aos que elogiaram a Vaneska, foi muito bom o relatório. Eu senti a
351 preocupação, Vaneska, de realmente trazer os argumentos lá que nem dizem respeito. Na
352 verdade para nós não importa qual é o fundamento que estão trocando ou não trocando,
353 importa para nós é que nós estamos vendo se a inclusão de gravame está legal, não está legal.
354 Isso é nossa competência. Os argumentos a gente contempla e saúda a prefeitura por salvar
355 essa verba que não dá em árvore. É muito difícil e se perder, perdeu, não volta. Obrigado.
356 **Jussara Kalil Pires (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e**
357 **Ambiental – ABES/RS:** Boa noite a todos. Eu entendi as preocupações do Felisberto, no
358 sentido de que ele se preocupou com uma comunidade que é bastante carente e que
359 eventualmente ficaria sem um equipamento porque o equipamento seria passado para outra,
360 mas entendo que a outra também é uma comunidade carente, então não vejo muito esse
361 problema. E concordo com as colocações que foram feitas no sentido de que as verbas são
362 difíceis e é preciso aproveitar. No meu tempo de Metroplan vi muita verba que se perdeu por
363 causa dessas dificuldades que vão acontecendo no processo. Então eu acho que é justo. O
364 Gomes colocou, não costumo concordar com o Gomes, mas acho que ele colocou coisas
365 muito certas no sentido de que a nossa competência é avaliar a questão de fazer o gravame ou
366 desgravame das áreas. Concordo daí com a preocupação do Felisberto de que para esse tipo
367 de projeto tem que ter a consulta à comunidade que vai receber ou que vai deixar de receber.
368 Isso é fundamental. Bom, mas esta é a prática do administrador público que eu entendo que
369 ele como uma liderança comunitária está manifestando a preocupação, mas a nossa
370 competência é dizer se a área pode ou não pode ser gravada para esse uso. Por mais que sejam
371 justas as preocupações do Felisberto, eu entendo que o que nós estamos avaliando aqui é a



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

372 questão do gravame da área e com isso viabilizando a aplicação do recurso. Até fiquei com
373 algumas dúvidas em relação ao porquê que a outra área não era apropriada para esse projeto,
374 mas não é o caso agora da gente ficar se preocupando com esse detalhe. Obrigado. **Jackson**
375 **Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três –**
376 **RGP. 3:** Boa noite a todos, a todas e a todes que nos assistem. Eu queria entender só uma
377 parte e essa vai para ti, Vaneska, em especial. Por gentileza, onde é que entra o Porto Seco
378 com relação a isso? Porque o Timbaúva não é lindeiro a nós aqui ao complexo do Porto Seco,
379 não faz parte em nenhum momento. Ou eu não entendi muito bem a tua apresentação. Mas
380 também quero dividir as preocupações com Felisberto em relação às consultas. Eu entendo
381 também e endosso o que a Jussara acabou de dizer. A gente se sente, Jussara e demais
382 colegas, como conselheiros regionais na obrigação de sempre primar por isso, pela consulta à
383 comunidade que está sendo atingida, independente de ser a que perdeu o empreendimento ou
384 a que ganhou o empreendimento. Enfim, essas eram as minhas colocações. Muito obrigado.
385 **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**
386 **SINDUSCON:** Obrigado. Ainda nesse debate, o Conselheiro Maurício. **Maurício Fernandes**
387 **(Titular), Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RS:** Bom, eu reforço que a Vaneska ali
388 esclareceu todas as dúvidas que pelo menos eu tinha e me apego a uma questão funcional.
389 Fazer uma reunião com a comunidade do Timbaúva para dizer para eles que eles iriam
390 ganhar, que a prefeitura tinha intenção de dar um centro esportivo ali, mas quem está pagando
391 o centro esportivo faz exigências que aquela comunidade ou imóvel daquela comunidade não
392 cumpre, não tem muito sentido funcional. Isso é até frustrar uma expectativa. Então se a
393 prefeitura pelos seus competentes quadros técnicos identificou uma outra área que cumpre as
394 exigências, e aqui eu faço coro ao que o Gomes colocou, eu mesmo já passei por isso quando
395 estava na prefeitura, a Jussara também colocou isso, de ter uma verba, e eu me lembro de um
396 caso específico em uma comunidade super carente que veio uma emenda parlamentar de uma
397 deputada federal de 200 mil reais só que para fazer a cancha de esportes custava 700 mil reais.
398 No fim houve até um constrangimento para a própria deputada que ela levou a comunidade
399 numa reunião comigo e eu tive que expor ali, acho até que a Vaneska estava junto nessa
400 reunião, e eu tive que expor ali que olha, a gente gostaria, mas não é possível, não tem como.
401 Então, a arte do possível nesse momento é que na Restinga pode receber esse investimento e
402 na Timbaúva não. Então, eu tenho que ser muito pragmático aqui e com receio de que a



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

403 demora pode sim fazer perder o recurso e as duas comunidades vão perder. Então, esse é o
404 meu registro. Faço o pedido aqui para a presidência para a gente aprovar esse processo, até
405 porque eu não era conselheiro ainda mas a minha instituição OAB ela foi relatora e
406 justamente por um problema nas nomeações que os conselheiros não estavam vindo na
407 reunião acabou esse processo atrasando por causa da minha instituição também. Por isso eu
408 me sinto um pouco mesmo eu não estando no conselho na época, me sinto um pouco
409 responsável também para liberar esse processo. Obrigado. **Antônio Carlos Zago (Titular),**
410 **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Conselheira Vaneska por
411 último, depois vamos dar encaminhamento. **Vaneska Paiva Henrique (1º suplente),**
412 **Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Oi
413 pessoal. Tem uma coisa que eu acho que talvez possa ficar mais clara. Acho que essa
414 preocupação que ficou bem expressa pelos conselheiros que me antecederam em relação a ter
415 o terreno para aplicar os recursos realmente é o principal. A gente precisa dar celeridade para
416 que as coisas possam acontecer na cidade e isso muitas vezes a gente perde recurso mesmo,
417 todo mundo sabe disso na administração. Mas uma questão ali que talvez possa ficar mais
418 clara ajudando também a esclarecer ali para o Conselheiro Jackson da região 3 é que existia
419 uma área no Porto Seco que se tornou indisponível. Aí para conseguir uma nova área para
420 implantar esse equipamento, a única área que o município conseguiu que poderia ser para
421 instalar o equipamento era essa do Timbaúva. E daí como ela já tinha uma coisa prevista se
422 colocou na Restinga. Então, talvez isso possa tranquilizar os conselheiros que uma área ficaria
423 para o Convive e outra área para o centro esportivo. Então, eles não deixariam de ter um
424 equipamento. Essas duas áreas seriam equipamentos que foram enquadrados de acordo com
425 os editais, enfim, com os regulamentos que existem para aplicação desses equipamentos. Eu
426 acho que isso poderia dar uma tranquilidade aos conselheiros que a gente não está
427 simplesmente deixando uma comunidade desatendida, mas é uma orquestra para que a gente
428 possa utilizar os recursos desses programas específicos. Não sei se essa minha fala agora
429 ajudou um pouco a esclarecer o encadeamento de ações que levou ao que de repente pode ter
430 gerado uma confusão nas leituras e mesmo eu li várias vezes os despachos e quis trazer aqui a
431 redação original que estava colocada por quem escreveu no processo, mas simplificando é
432 isso. Que bom que de repente assim ficou um pouco mais claro. Obrigada, gente. **Antônio**
433 **Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:**



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

434 Obrigado. Eu pergunto ao Conselheiro Felisberto, que é o relator desse processo, se ficou
435 esclarecido, se ele mantém o seu pedido de diligências ou se ele vota favorável ou contrário.
436 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**
437 Presidente, eu entendo as colocações da onde vem o recurso, mas esse recurso está incluído
438 num financiamento e não tem prazo pelo que eu sei. O prazo é até 2029, se não me engano,
439 que é o Poa do Futuro, que está lá no orçamento de 7 bilhões para ser aplicado em várias
440 regiões da cidade. É o tal de Poa do Futuro. Então e outra preocupação é que tem também
441 demandas da própria região para ter um centro esportivo construído pela comunidade da
442 Restinga. Já foi numa outra administração, foi frustrado o projeto que tinha da comunidade
443 para construir. Tinha a semana do atletismo feito pelo Ventura, quem conhece sabe de quem
444 eu estou falando. Então, havia toda uma preocupação e é o complexo esportivo do Campo
445 Vermelho que é onde vai ser construído o tal do centro. Só para finalizar, presidente, eu
446 mantenho a necessidade de ouvir, precisa ser esclarecido. Agora, se não concordarem e eu for
447 derrotado vai ter que destinar o parecer para outro. É isso. Como eu sou um conselheiro de
448 região, eu sempre entendo que deve ser ouvida a comunidade para ela também concordar ou
449 discordar, apresentar as suas razões. Porque a Restinga está recebendo o equipamento, mas
450 ela foi consultada para ter o equipamento? Isso não está no processo. Foi uma decisão do
451 governo, da secretaria. Então, é isso. Então, eu não me sinto em condições de fazer o relato.
452 Se não for atendida a minha diligência, a minha solicitação, meu parecer é contrário por esses
453 elementos. Se tiver que fazer por escrito até o fim da reunião eu remeto. Era isso, obrigado.
454 **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**
455 **SINDUSCON:** Antes de fazer a votação de diligência, que é o de praxe, eu vou pedir que a
456 secretária Gabriela faça uma explanação a respeito dessa questão de pedido de vista e
457 diligências para que a gente possa encaminhar o mais correto possível das próximas vezes. Eu
458 acho que evita bastante. Hoje temos tempo para fazer o debate, mas normalmente a gente tem
459 que passar muito mais rápido os processos com a devida atenção, mas mais rápido. Por favor.
460 **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Bem, obrigada Presidente.
461 Também veio a calhar nessa nossa pauta enxuta para que a gente possa exatamente dispensar
462 tempo e falar um pouquinho sobre esse tema. Como o Conselheiro Maurício comentou no
463 início, às vezes são dúvidas corriqueiras de conselheiros e são às vezes conselheiros antigos,
464 mas também muitas dúvidas de conselheiros novos com relação a esse instituto das



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

465 diligências. Pensando nisso, eu encaminhei para os senhores hoje por e-mail um relatório
466 orientativo. Eu tentei ser bem sucinta e tentei colocar ali pontos importantes. Então, o que é a
467 diligência e para que ela serve? E especialmente: quem pode pedir a diligência? De que
468 forma? Quais são os requisitos? Quais são os procedimentos e quais são os prazos? E no final
469 eu coloquei ali os itens da legislação. Então, acho que o mais importante é nós esclarecermos
470 especialmente sob um olhar do processo de hoje que quem pode fazer o pedido de diligência é
471 o relator do processo ou o conselheiro da região. Então, hoje, no caso do conselheiro
472 Felisberto, ele está fazendo um pedido de diligências por ele ser o relator do processo. O
473 conselheiro da região também poderia fazer pedido de diligência desde que tivesse pedido
474 vistas. Mas o pedido de vistas ele só vem a partir do relato que se manifesta contrário ou
475 favorável. Então, logicamente, um artigo vai encadeando no outro. Então, para que vocês
476 todos fiquem esclarecidos nesse ponto: o relator do processo pode pedir diligência no prazo
477 de relato, que é o caso de hoje. Imaginemos que o Conselheiro Felisberto não tivesse pedido
478 diligência e tivesse votado favorável ou contrário, o conselheiro da região poderia pedir vistas
479 e neste prazo de apresentação do relato vistas é que pede-se a diligência. E se não for
480 respeitado esse prazo preclui esse direito. Então, a pessoa não pode mais fazer esse pedido.
481 De que forma então é feito o pedido de diligência tanto pelo relator ou pelo conselheiro da
482 região? Precisa, pessoal, ser por escrito. O pedido de diligência ele precisa vir exatamente
483 igual ao relato que os senhores mandam. Vem o número do processo num documento PDF
484 com a explicação do que é, a análise dos senhores, os motivos pelos quais levaram os
485 senhores a pedir diligência e no final quais são as dúvidas no formato claro e objetivo
486 contendo as perguntas técnicas ou pedido de informação de forma precisa e delimitada. Então
487 sempre que vocês precisarem também muitas vezes acontece a gente pode mandar alguns
488 modelos, indicar alguns processos SEI onde foram feitos esses pedidos para que os senhores
489 possam se balizar e ter uma referência. Mas a diligência ela também é anexada no processo
490 SEI. Então, o relato de diligência ele tem que ser escrito, objetivo e claro constante as
491 perguntas que os senhores ficaram com dúvida ou as informações que porventura não tenham
492 sido esclarecidas. E aí faço um adendo que nessas apresentações da nossa equipe de DPU,
493 nossa equipe de planejamento, muitas vezes diversas informações são esclarecidas e aí vem
494 aquele debate da gente porventura alterar o regimento para que fique constado que a
495 apresentação da DPU tem que vir antes de iniciar o prazo de relato que é a nossa discussão



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

496 prévia presidente. Bom, para finalizar qual é o procedimento que nós vamos adotar agora de
497 acordo com o artigo 10 e 20 do regimento e artigo 9º inciso 2 do regimento interno e da
498 Resolução 01/2020: o Conselheiro Felisberto solicitou diligências e o plenário precisa aprovar
499 por maioria simples presidente. Então, nós precisamos agora submeter o pedido de diligência
500 para o plenário para que ele vote se está aprovado ou não. Uma vez aprovada a secretaria
501 executiva encaminha para a equipe. Uma vez não aprovada a gente segue para a votação até
502 porque no próprio pedido de diligência constou a manifestação do Conselheiro Felisberto
503 como contrário ao projeto. Acho que seria isso que me cabia falar de forma sucinta, mas todos
504 os senhores receberam esse relatório orientativo no seu e-mail e se, porventura, alguém não
505 recebeu só pedir que eu encaminho novamente. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato**
506 **das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Muito bem. O Conselheiro Emerson e
507 a Conselheira Ana Cláudia se inscreveram para falar. Eu pergunto se é pertinente a esse
508 assunto ou se nós podemos antes votar a pertinência ou não do pedido de diligências do
509 conselheiro Felisberto. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** A
510 Conselheira Ana Cláudia retirou o pedido. Conselheiro Emerson, se mantém, por gentileza,
511 liberamos o microfone. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Orçamento**
512 **Participativo – OP-HOCDUA:** Boa noite, Presidente, conselheiros. Eu entendo que a
513 diligência do Felisberto é válida porque está no direito do relator. Começa por aí. Ele quer
514 tirar uma dúvida e eu acho que daí tem que partir da secretaria responsável encaminhar as
515 explicações para sanar essa diligência o mais rápido possível para poder atender o recurso. Eu
516 acho que é super importante atender o recurso da secretaria. A única questão é que o relator
517 não apresentou o relato para a secretaria, aí fica mais difícil. Mas entendo que é válida a
518 diligência dele. Vai partir da secretaria a agilidade de atender essa diligência e a gente poder
519 votar o mais rápido possível o recurso para essa comunidade. Obrigado. **Antônio Carlos**
520 **Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Obrigado.
521 Posto isso, esclarecido, nós vamos encerrar esse debate e vamos botar em votação o pedido de
522 diligências do Conselheiro Felisberto. Nominal. **PERÍODO DE VOTAÇÃO: Gabriela**
523 **Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Então, com relação ao pedido de
524 diligência, Conselheira Andréia Teixeira Camisa, como vota? Questão de ordem do
525 Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
526 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Em alguns momentos nós fizemos o manifesto no chat. Quem



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

527 é contra, quem é a favor. É muito mais rápido e dinâmico, é uma sugestão. Já fizemos isso
528 várias vezes. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção**
529 **Civil – SINDUSCON:** Obrigado pela sugestão, mas neste caso eu quero fazer nominal. É
530 uma decisão da presidência que seja feita nominal. **Gabriela Martins Brasil (Secretária**
531 **Executiva), SMAMUS:** Conselheira Andréia informa que está com problema no áudio.
532 Conselheira, a senhora pode registrar no chat, por gentileza, se a senhora concorda com o
533 pedido de diligência ou não, se a senhora é favorável à diligência ou contrária à diligência.
534 Contrária à diligência. Conselheira Julia, aprova o pedido de diligência ou não? **Julia Lopes**
535 **de Oliveira Freitas (1º suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:**
536 Boa noite. Favorável. **Sônia Maria dos Santos Castro (Titular), Gabinete do Prefeito –**
537 **GP:** Boa noite a todos. Contrária ao pedido de diligência. **Gabriela Martins Brasil**
538 **(Secretária Executiva), SMAMUS:** Conselheiro Ivan? Acho que não está mais conosco.
539 Vou pular, Presidente, e vou passar para o próximo. Conselheira Vaneska, com relação à
540 diligência, concorda ou não? Favorável ou contrária? **Vaneska Paiva Henrique (1º**
541 **suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
542 **SMAMUS:** Eu teria que ser contrária, porque eu entendo que foram esclarecidos os pontos.
543 Eu não consegui compreender o que não ficou claro, então sou contrária. **Letícia Cruz Klein**
544 **(1º suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo –**
545 **SMDET:** Boa noite. Eu me posiciono de forma contrária também, no sentido do que a
546 arquiteta Vaneska colocou. **Débora Carla Postinger (Titular), Secretaria Municipal de**
547 **Obras e Infraestrutura – SMOI:** Contrária à diligência. **Bruno Beltrame de Oliveira**
548 **(Titular), Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política – SMGOV:**
549 Boa noite. Contrário ao pedido de diligência. **Jussara Kalil Pires (Titular), Associação**
550 **Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu concordo que seja
551 importante a consulta à comunidade, então sou favorável à diligência. **Ricardo Vellinho**
552 **Ruschel (Titular), Associação Riograndense de Escritórios de Arquitetura – AREA:**
553 Contrário. **Paulo Bins Ely (Titular), Conselho Regional de Corretores de Imóveis –**
554 **CRECI:** Contrário à diligência neste caso. **Nelson Kalil Moussalle (1º suplente), Sociedade**
555 **de Engenharia do Rio Grande do Sul – SERGS:** Eu queria primeiro parabenizar a Vaneska
556 pela apresentação. Eu, como conselheiro suplente, primeira vez que estou tomando
557 conhecimento deste projeto, deste processo e entendi perfeitamente as colocações dela e a



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

558 explicação que ela deu foi brilhante. Parabéns, Vaneska, pela apresentação. Dessa forma sou
559 contrário à diligência. **Jorge Larre Lopes (Titular), Sindicato dos Trabalhadores nas**
560 **Indústrias da Construção Civil – STICC:** Abstenção. **Ana Cláudia Narvaez Bestetti**
561 **(Titular), Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre – CDL POA:** Eu sou contrária
562 ao pedido de diligência. Entendi claramente o que a Vaneska explicou e também em relação à
563 consulta à comunidade, a resposta da comunidade é óbvia. A comunidade vai querer o
564 equipamento. **Maurício Fernandes (Titular), Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RS:**
565 Eu voto contrário à diligência e justifico pelo fato de que na comunidade Timbaúva não tem
566 sentido dizer que se queria colocar um equipamento, mas nunca pôde e na comunidade da
567 Restinga, como a conselheira que me antecedeu falou, é muito previsível que será bem-vindo
568 o equipamento. **Vanessa Silva Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois –**
569 **RGP. 2:** Boa noite. Eu sou contrária. **Jackson R. Santa Helena de Castro (Titular), Região**
570 **de Gestão de Planejamento Três – RP. 3:** Eu sou favorável e com relação a ser bem-vindo
571 qualquer equipamento eu discordo dos colegas, porque vide o complexo cultural que seria
572 instalado no Humaitá e acabou vindo parar aqui no Porto Seco. Não é bem assim que a
573 comunidade toda aceita qualquer equipamento. Obrigado. **Paulo Eduardo Francisco Gadea**
574 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu vou ser favorável,
575 apoiar o Felisberto. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:**
576 Conselheiro Milton, pela Região 5, como vota? Vou passar adiante. Conselheiro Gomes, pela
577 Região 6, como vota com relação à diligência? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**
578 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O direito da diligência para o relator é
579 extremamente importante. Agora os fundamentos da diligência derrubaram a diligência do
580 Felisberto. Eu sou contra. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:**
581 Conselheira Lirian, pela Região 7? Conselheiro Eldir, Região 8 de planejamento, com relação
582 à diligência. **Eldir Jose Gazzola Antonini (2º suplente), Região de Gestão de**
583 **Planejamento Oito – RGP 8:** Contrário. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular),**
584 **Orcamento Participativo – OP-HOCDUA:** Eu vou votar favorável. **Gabriela Martins**
585 **Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Conselheiro Ivan, estamos votando a aprovação
586 ou não do pedido de diligência do Conselheiro Felisberto. **Ivan Jose da Silva (Titular),**
587 **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional – METROPLAN:**
588 Favorável. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Conselheiro



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

589 Milton? Conselheira Lirian? Última chamada, então, vamos lá. **Antônio Carlos Zago**
590 **(Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** O resultado foi
591 14 contrários à diligência, 6 favoráveis e uma abstenção. Com isso a **DILIGÊNCIA NÃO**
592 **FOI APROVADA.** Sendo assim, quero confirmar, Conselheiro Felisberto, se mantém o que
593 foi escrito no e-mail. Caso não seja atendido o meu parecer, a solicitação de diligência,
594 entendo desta forma que o seu parecer é contrário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região**
595 **de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Mantenho, sou contrário ao processo. **Antônio**
596 **Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:**
597 Agora nós vamos passar a votar o relato contrário do Conselheiro Felisberto. Como nós
598 vamos votar o parecer contrário ao processo, à aprovação do processo, quem concorda com o
599 Felisberto e é contrário à votação do processo vota favorável. Quem é contrário ao parecer do
600 Felisberto vota contrário. Espero ter explicado sem causar perturbação à inteligência de
601 ninguém. Quem concorda com o Felisberto diz concordo. Quem não concorda com o
602 Felisberto diz não concordo. Temos um pedido de inscrição do conselheiro Maurício para
603 discussão. **Maurício Fernandes (Titular), Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RS:** Só
604 para esclarecer. A gente vota o relatório, a posição do relator. Se este conselho votar com o
605 relator não vai poder ser feito o investimento na Restinga? É isso? Para ver se eu entendi bem.
606 **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**
607 **SINDUSCON:** É isso. Quem concorda com o relatório do Felisberto vai votar que concorda.
608 Quem não concorda com o relatório do Felisberto vai votar contrário. **Gabriela Martins**
609 **Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Pode até dizer na chamada nominal se concorda
610 com o relatório ou se discorda do relatório, fica mais fácil assim. **Felisberto Seabra Luisi**
611 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu não sou contra a instalação
612 do equipamento, não é isso. É a forma de como está se tirando de uma região e pondo em
613 outra. É isso por que eu sou contra. É contra a forma, não contra a destinação do recurso. Isso
614 tem que ficar bem claro porque parece que eu estou sendo contra que se faça esse
615 equipamento na Restinga. Não é isso. **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das**
616 **Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** O senhor está contra o projeto que está
617 sendo apresentado pelo município. O senhor é contra da forma que seja. Quem concorda com
618 o seu relato contrário vai votar favorável ao seu relato, ou seja, sendo contrário ao processo.
619 Agora quem é contrário, vota contrário. Vamos fazer a votação por favor. **PERÍODO DE**



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

620 **VOTACÃO**: **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS**: Conselheira
621 Andréia Teixeira Camisa, a senhora concorda com o parecer do Felisberto ou a senhora não
622 concorda? **Andréia Teixeira Camisa (1º suplente), Departamento Municipal de**
623 **Habitação – DEMHAB**: Não concordo. **Julia Lopes de Oliveira Freitas (1º suplente),**
624 **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**: Sou contrária ao parecer do relator,
625 a favor da aprovação do processo. **Sônia Maria dos Santos Castro (Titular), Gabinete do**
626 **Prefeito – GP**: Não, contrário ao relato e favorável à aprovação da resolução. **Ivan Jose da**
627 **Silva (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional –**
628 **METROPLAN**: Contrário ao relator e favorável ao processo. **Vaneska Paiva Henrique (1ª**
629 **suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e da Sustentabilidade –**
630 **SMAMUS**: Eu voto contrária ao relator e eu queria só aproveitar, já que a gente está em uma
631 reunião que talvez a gente tenha um pouco mais de tempo nesse processo, a esclarecer que
632 esses gravames e desgravames são todos analisados tecnicamente. O processo tem a descrição
633 técnica de como foi tomada cada uma das decisões e realmente fico muito frustrada de ver um
634 debate aqui em que a gente está discutindo de não fazer um gravame que já é um gravame do
635 espaço público, não é um novo gravame público dentro de uma área privada. Então,
636 realmente, hoje tive que me manifestar. **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva),**
637 **SMAMUS**: Obrigada, Conselheira Vaneska. Conselheira Letícia pela SMDDET, como vota?
638 Concorda com o conselheiro Felisberto ou não concorda? **Letícia Cruz Klein (1ª suplente),**
639 **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – SMDDET**: Contrário ao
640 relator e favorável à proposta. **Débora Carla Postingher (Titular), Secretaria Municipal de**
641 **Obras e Infraestrutura – SMOI**: Contrária ao relator. Não concordo, sou favorável à
642 proposta. **Bruno Beltrame de Oliveira (Titular), Secretaria Municipal de Governo Local**
643 **e Coordenação Política – SMGOV**: Contrário ao relator e favorável ao processo. **Jussara**
644 **Kalil Pires (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental –**
645 **ABES/RS**: Contrária ao relator e favorável ao processo. **Ricardo Vellinho Ruschel**
646 **(Titular), Associação Riograndense de Escritórios de Arquitetura – AREA**: Contrário ao
647 relator. **Paulo Bins Ely (Titular), Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI**:
648 Sou contrário ao relato e favorável à inclusão do gravame para instalação do equipamento
649 comunitário. **Nelson Kalil Moussalle (1º suplente), Sociedade de Engenharia do Rio**
650 **Grande do Sul – SERGS**: Eu voto contrário ao relator. Acho que o relator está sendo



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

651 incoerente. Uma hora ele aprova, outra hora ele não aprova. Me deu a impressão de que ele
652 não sabe o que pensar ali, o que ele quer. Sou contrário e favorável ao projeto sim, sem
653 dúvida. **Jorge Larre Lopes (Titular), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da**
654 **Construção Civil – STICC:** Contrário ao relator e a favor do processo. **Ana Cláudia**
655 **Narvaez Bestetti (Titular), Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Alegre – CDL POA:**
656 **Contrário ao relator. Maurício Fernandes (Titular), Ordem dos Advogados do Brasil –**
657 **OAB/RS:** Eu voto contrário ao relator e a favor do investimento na comunidade. **Gabriela**
658 **Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Obrigada, Conselheiro Maurício.
659 Conselheiro Felisberto Região 1 é o relator. Conselheira Vanessa não está mais conosco.
660 Conselheiro Jackson, Região 3 de planejamento, como vota? **Jackson R. Santa Helena de**
661 **Castro (Titular), Região de Planejamento Três – RP 3:** Eu vou fazer a minha manifestação
662 de voto diante da negativa deste conselho providenciar a diligência e visando não perder o
663 investimento para a comunidade, que é bem-vindo em qualquer comunidade nesta cidade, eu
664 voto contrário ao parecer do relator. **Paulo Eduardo Francisco Gadea (Titular), Região de**
665 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP 4:** Eu vou ser nesta votação contrário ao relator.
666 **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Obrigada, conselheiro.
667 Conselheiro Milton pela Região 5 de planejamento, como vota, Conselheiro Milton? Vou
668 passar adiante para não perdermos a chamada, depois retorno à Região 5. Conselheiro Gomes
669 pela Região 6? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
670 **Planejamento Seis – RGP 6:** Escapamos de perder mais um investimento importante para
671 uma comunidade. Contrário ao relator. **Lirian Karine Schultz Nachtigall (Titular), Região**
672 **de Gestão de Planejamento Sete – RGP 7:** Vou me abster. **Eldir Jose Gazzola Antonini**
673 **(2º suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP 8:** Contrário ao relator. Eu
674 acho que o nobre Felisberto fez uma colocação que deixou a gente muito em dúvida, mas eu
675 sou contrário. Sou favorável à continuidade do investimento nessa região. **Emerson**
676 **Gonçalves dos Santos (Titular), OP-HOCDUA:** Voto contrário ao relato. **Gabriela**
677 **Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Só vou fazer a segunda chamada do
678 Conselheiro Milton pela Região 5, se ele consegue nos dar a sua posição. Não. Então, na
679 verdade, não foi unânime, nós temos uma abstenção. 20 votos e uma abstenção. **Antônio**
680 **Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:**
681 Então, com 20 votos contrários ao relato e uma abstenção, o **RELATO FOI REJEITADO.**



**Prefeitura de
Porto Alegre**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA**

682 Com isso, esse processo vai ser redistribuído ao próximo conselheiro. Encerramos nossa
683 pauta? **Gabriela Martins Brasil (Secretária Executiva), SMAMUS:** Sim, pelos motivos
684 que nós trouxemos no início. Tínhamos apenas esse apto e na sessão que vem esse processo já
685 vai ser redistribuído e temos processos em pauta em prazo que nós vamos poder analisar.
686 **Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**
687 **SINDUSCON:** Agradeço a presença e a colaboração de todos e me despeço até a próxima
688 quarta-feira. Um abraço a todos. Boa noite.

689 *Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de*
690 *Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 19h45min, da qual foi lavrada a presente ata por mim,*
691 *Patrícia Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de*
692 *veracidade.*